



Quando a imprensa imigrantes de São Paulo se tornou alternativa

Camila Escudero¹
Nayara C. Teixeira²

Resumo

A imprensa imigrante é um fenômeno resultante do processo migratório internacional. São Paulo, por ser o Estado brasileiro que mais recebeu imigrantes na história, registra uma quantidade reconhecida de impressos voltados para variadas colônias de estrangeiros. Neste artigo, discutimos o papel dessa imprensa durante a eclosão dos movimentos trabalhistas (operários, anarquistas e sindicais) da capital paulista no começo do século XX. Foi especialmente neste período que estes impressos ganharam um novo sentido ao atuarem de uma forma alternativa, ou seja, como veículos de contestação à situação vigente. Além da criação de publicações próprias voltadas às causas dos operários, os imigrantes — principalmente italianos, espanhóis e portugueses — utilizaram-se da imprensa como objeto de mobilização para suprir uma necessidade da ocasião e buscar uma maior interação política com a sociedade.

Palavras-chave: mídia alternativa; movimentos trabalhistas; imprensa imigrante.

Introdução

Os jornais de imigrantes — também conhecidos como jornais de colônia ou coloniais, jornais étnicos, jornais estrangeiros ou de língua estrangeira, entre outros termos — são, indiscutivelmente, um fenômeno resultante do processo migratório internacional. Seu surgimento estar intimamente ligado à chegada e ao estabelecimento de um grupo de imigrantes num novo território e seu desenvolvimento e continuidade depende, principalmente, da capacidade de organização e dos interesses desses grupos, bem como de seus membros. Até mesmo porque a imprensa de língua estrangeira — como qualquer outro tipo de meio de comunicação — não é algo exterior a sociedade, mas sim um canal para

¹ Formada em jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), pós graduada em Jornalismo Internacional pela PUC-SP e mestranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Docente do curso de Jornalismo do Centro Universitário Assunção (UNIFAI).

² Publicitária formada pela PUC-MG (Unidade Arcos) e mestranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).



influir e refletir sobre ela ao mesmo tempo em que serve de espelho dos acontecimentos sociais e seus membros, ainda que carregado de subjetividade. Num processo natural, é a própria história da imigração e do contexto social (com seus altos e baixos) que vai guiar a história de sua imprensa, mesmo que nesta seja necessário se fazer cortes ideológicos, étnicos, religiosos, políticos e outros de qualquer ordem, uma vez que estamos lidando com um meio de comunicação que envolve participantes dos conflitos sociais e atuantes na história.

Estudar estes jornais implica necessariamente ir afundo na própria história da migração e do contexto social, político, econômico, cultural em que ela ocorreu, seja qual for a nacionalidade envolvida (alemã, portuguesa, espanhola, japonesa etc.). Neste artigo, abordaremos apenas uma pequena parte dessa história: o papel da imprensa imigrante durante a eclosão dos movimentos trabalhistas (operários, anarquistas e sindicais) da cidade de São Paulo no começo do século XX. Isso porque foi especialmente neste período que os jornais imigrantes ganharam um novo sentido ao atuarem de uma forma alternativa, ou seja, como veículo de contestação à situação vigente. Partimos da hipótese de que, neste período, os impressos voltados para estrangeiros, principalmente os italianos, espanhóis e portugueses, passaram a ser canais de expressão e reivindicação, de mobilização de pessoas, de luta por mudanças, de influência na formação de uma consciência crítica.

Sobre o conceito de mídia alternativa

Tarefa extremamente complexa é definir com rigor certas terminologias concernentes à comunicação. Este terreno, marcado por constantes questionamentos, apresenta tendências e tenta articular concepções que, por vezes, acabam permeadas de ambigüidades. No conceito de comunicação alternativa, por exemplo, existe imprecisão. De acordo com Regina Festa (1984, p.170), a palavra “‘alternativa’ vem do latim e significa ‘outro’. Portanto, comunicação alternativa é a ‘outra’, é uma opção diferente da que existe, sem precisar o grau de diferença. Dessa falta de precisão é que nasce a ambigüidade”. Sob o olhar de Grinberg (1987, p.19), este é um “conceito cujos limites de aplicabilidade, em seu complexo global comunicação-informação, não foram estabelecidos com rigor ou, pelo menos, não há uma definição universalmente aceita pelos investigadores”.

O material que Regina Festa (1984, p.174-175) consegue juntar, em meados dos anos 80, sobre a questão do alternativo, ajuda e explicar porque a confusão em torno do



termo é latente. Tal material aponta a existência de 33 denominações diferentes para as experiências alternativas, são elas: Comunicação Popular, Comunicação Alternativa, Comunicação Popular Alternativa, Comunicação Alternativa Popular, Comunicação Popular Emancipadora, Comunicação Participativa, Comunicação Participatória, Comunicação Comunitária, Comunicação Grupal, Comunicação de Base, Comunicação Emergente, Comunicação de Resistência, Comunicação Militante, Comunicação dos Marginalizados, Comunicação Libertadora, Comunicação Autogestionária, Comunicação Dialógica, Comunicação Mobilizadora, Comunicação do Oprimido, Comunicação Horizontal, Comunicação Sócio-Política, Comunicação Intermédia, Comunicação Popular Educativa, Comunicação Alterativa, Comunicação Democrática, Comunicação Rural, Comunicação das Classes Subalternas, Imprensa Alternativa, Imprensa Nanica, Imprensa Popular, Imprensa Sindical, Imprensa Marginal e Folkcomunicação.

Essas expressões foram encontradas em textos acadêmicos que se voltavam à questão da mídia popular e alternativa brasileira. As peculiaridades que esse tipo de mídia apresentava naquele momento, suas funções, seus usos e seus sentidos influenciaram tais caracterizações, tanto quanto a percepção e o contexto em que vivia cada pesquisador que as propôs. Acredita-se, portanto, que naquela época os diversos pesquisadores tenham atribuído nomes diferentes a processos que hoje poderiam ser dados como idênticos ou semelhantes (alguns, como se pode notar, mostram pouquíssima diferença até no nome, como é o caso da “Comunicação Popular Alternativa” e da “Comunicação Alternativa Popular”; da “Comunicação Participativa” e da “Comunicação Participatória”, dentre outros), mas presume-se que o sentido político dos termos seja o mesmo.

Desse modo, depara-se com a inabilidade em examinar, separar, ou mesmo estabelecer relações entre tantos processos e com a complexidade em definir, com exatidão, certas nomenclaturas. Sendo assim, a preocupação aqui será em esclarecer, apenas, o contexto em que surgem e as características gerais dos veículos que são considerados alternativos.

História da mídia alternativa no Brasil

No Brasil, a comunicação alternativa tem origens nos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Nesse período, o país era regido por um governo autoritário (ditadura militar) que, por intermédio de leis e decretos, tentava controlar toda e qualquer

informação a ser transmitida à população. Consequentemente, coibia as “já poucas possibilidades de expressão de pontos de vista alternativos pelos meios de comunicação” (MOTTA, 1987, p. 40). Vale destacar que não somente os meios de comunicação tinham suas atividades monitoradas, mas também as manifestações populares. Fica proibido todo tipo de reivindicação: greves, organização de sindicatos, grupos de ativistas etc.

Apesar da repressão, os órgãos do governo não impediram que os meios difusores de mensagens tivessem um rápido crescimento e a modernização de suas instalações; pelo contrário, chegaram a conceder incentivos econômicos e fiscais para que seu desenvolvimento fosse viável. Entretanto, grande parte da população “participa do processo social de comunicação apenas como passivos receptores, sem capacidade ou possibilidade de resposta”. Ou seja, a “excessiva concentração e centralização da produção de mensagens em grandes empresas, somada ao controle governamental, inibe e impede a expressão dos interesses populares através dos canais formais ou institucionais” (MOTTA, 1987, p.40). Dessa maneira, os meios de comunicação passam a se constituir como “o símbolo de um silêncio: o silêncio das majorias marginalizadas” (GRINBERG, 1987, p.18).

A partir desse momento, começam a se revelar os movimentos que visam fazer frente à imposição do sistema governamental e ao monopólio da informação e das formas de expressão. Os movimentos passam por três fases distintas. Na primeira, que abarca os anos de 1970 e meados de 1980, eles dirigem seus esforços para “construir um contra poder popular, uma força popular independente do Estado” (GOHN, 1997, p.313). Nesta fase se destacam os movimentos sociais urbanos, principalmente os que tinham ligação com a Igreja Católica, na ala articulada à Teologia da Libertação. Novos movimentos são criados, como os que lutam pelo acesso à terra, à moradia, ao transporte, à saúde, ao emprego etc e outros ressurgem, como os movimentos ecológicos, dos negros, dos índios, das mulheres, dos operários.

Já a segunda fase refere-se ao longo dos anos 80, momento marcado pela transição democrática (que se deu em 1985). Conforme Maria da Glória Gohn (1997, p.313), com a transição democrática, “os movimentos passaram a ser interlocutores privilegiados do Estado, porque este estava se democratizando e buscando também mudar sua face aparente, de repressão”. Aqui, um dos movimentos que mais se destaca é o das Diretas Já, que pressiona o governo a consentir as eleições diretas (feitas através de votos da sociedade civil) para presidente. Além deste, também configuram-se movimentos “a partir de questões sociais geradas pela problemática da idade, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento dos Aposentados” (GOHN, 1997, p.306).

A terceira fase, por sua vez, compreende os anos de 1990 e é marcada por duas grandes mudanças. A primeira, em relação ao Estado, que “não “precisa” mais dos movimentos para se legitimar como não-repressor ou aparentar ser democrático”. A segunda, em relação aos movimentos sociais: “os que sobreviveram às crises internas querem participar das políticas públicas criando uma nova forma democrática, a pública não-estatal” (GOHN, 1997, p.313). Nesta época, alguns dos movimentos que marcaram a conjuntura dos anos 1970 e 1980 entram em crise, o MST (Movimento dos Sem-Terra) torna-se o maior movimento popular do Brasil e a atenção é direcionada mais a

determinadas problemáticas do que aos atores sociais organizados em movimentos³. Há ainda um outro ponto que merece evidência: as ações coletivas dos anos 90 se apresentam mais como “Campanhas” do que como movimentos sociais e, geralmente, são mais qualificadas – tais ações, por vezes se apóiam em ONGs que tem, até mesmo, infra-estrutura próprias.

O que se constata é que a proliferação de movimentos populares se dá, principalmente, no momento em que a crise de legitimidade política do governo se agrava pela crise econômica – fato que motiva grupos de atores sociais a intervirem no contexto social com vistas a reivindicar ou ajudar a promover melhorias na situação do país. E atrelados aos movimentos emergem os meios de comunicação alternativa, que são os responsáveis por mostrar, divulgar e dar mais visibilidade pública aos anseios, lutas e ideais dos atores sociais. Mais do que isso, eles são responsáveis por organizar segmentos das classes menos favorecidas em prol da ampliação e do cumprimento de direitos individuais e coletivos.

De acordo com Luiz Gonzaga Motta, os meios e mensagens alternativos desempenham, dentro dos movimentos populares, a função de apoio e a função de potencialização, já que:

Todo movimento popular necessita primeiro fazer com que um número maior possível de pessoas tome conhecimento de um determinado problema; segundo, necessita sensibilizar estas pessoas a interessar-se pelo fato; terceiro, precisa motivá-las para a ação; quarto, mobilizá-las; quinto, organizá-las para uma ação consciente e adequada. Como nem sempre os meios de massa nem os canais formais de comunicação costumam suprir as necessidades de nenhuma destas etapas, os que lideram os movimentos criam os meios alternativos possíveis para supri-las (MOTTA, 1987, p.46-47).

Vale dizer que a postura assumida pelos meios de massa e pelos canais formais de comunicação tanto naquela época, como hoje, se deve, em grande medida, à posição do governo. Afinal, desde sempre o governo foi responsável por grande parte da receita dos veículos (as empresas estatais são as que mais compram espaços publicitários na imprensa e nos meios eletrônicos de comunicação), fato que colabora para que se instaure no âmbito dos meios de comunicação brasileiros um tipo de controle do Estado. Especialmente nos anos de 1970 e 1980, os responsáveis pela mídia, sabendo que o boicote deste cliente poderia culminar em falência, ao invés de convidar o povo a refletir sobre as contradições do governo, passavam a divulgar informações que o favoreciam.

³ Como exemplo, Glória Gohn cita o caso do MST. Do ponto de vista da autora, o MST “passa a ser considerado um interlocutor para a formulação de uma reforma agrária para o país e não um simples movimento organizado por forças de oposição ao governo, com propostas radicais e socializantes, como era a visão que permeava o tratamento que o poder público dispensava anteriormente àquele movimento”. Dessa forma, o MST contribui para inserir, na esfera da sociedade, a problemática da reforma agrária. Além dessa, surgem outras problemáticas tais como a fome, o desemprego, a moradia etc.

Diante desse quadro, os meios alternativos de comunicação passam a ter uma outra incumbência: buscar, dentro das condições do sistema instaurado, a criação de espaços e formas que permitam denunciar e desmistificar o regime autoritário, bem como demonstrar certa insatisfação e resistência à situação político-social na qual se encontra o país. Assim, “a tarefa de comunicar e relacionar os acontecimentos ocorridos nos círculos do poder, no interior da sociedade civil e entre os movimentos populares coube, efetivamente, à imprensa alternativa e popular, apesar de todas as limitações” (FESTA, 1984, p.69).

As experiências alternativas tinham como tônica “a democracia interna e a formação de conselhos editoriais com a participação de representantes dos movimentos sociais” (FESTA, 1984, p.70); eram canais que “centrava[m]-se na proposta de contestação ao status quo” (PERUZZO, 1998, p.152) e contavam com um conteúdo inovador, analítico e opinativo que dava voz a diferentes atores e que tinha como pretensão atingir públicos em níveis díspares de maturidade intelectual. Seus protagonistas eram variados: membros de alianças partidárias; comunidades eclesiais de base e/ou associações de moradores; indivíduos que integravam movimentos; parcelas do empresariado descontente; setores progressistas da sociedade; intelectuais de oposição; estudantes; jornalistas democráticos, estrangeiros etc. Em relação à distribuição dos meios alternativos, essa era feita basicamente de duas maneiras: por meio de bancas ou de mão em mão.

Máximo Simpson Grinberg (1987, p.25-29), em seus estudos sobre os meios de comunicação alternativos, constata que o propósito dos canais alternativos é modificar em algum sentido a realidade; propósito este que pode ser alcançado pelos meios não-massivos das seguintes formas: (1) no tipo de discurso veiculado – que deve não só levar em consideração os pontos de vista da coletividade, mas também deve privilegiar o conteúdo aberto e a multidirecionalidade das mensagens e (2) no princípio de participação e controle coletivos, permitindo que as pessoas opinem, proponham e discutam o caráter das informações a serem transmitidas ou mesmo o perfil do meio de comunicação em questão. Já no âmbito dos meios massivos, existem as seguintes possibilidades: (1) difundir mensagens anti-autoritárias, mesmo que sejam elaboradas por um grupo reduzido de pessoas; (2) ser instrumento crítico do status quo e (3) permitir certo acesso na elaboração da política editorial. Depois de perceber tais fatores, Grinberg propõe que o conceito de mídia alternativa seja definido como:

todo meio que num contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detém o poder político, econômico e cultural, (...) implica numa opção frente ao discurso dominante; opção à qual confluem, em grau variável, os sistemas de propriedade, as possibilidades de participação dos receptores na elaboração das mensagens, as fontes de financiamento e as redes de distribuição, como elementos complementares (GRINBERG, 1987, p.30).

Motta (1987, p.46) acrescenta que a forma assumida pelo meio de comunicação alternativo popular depende “do tipo de reivindicação em questão, da correlação de força



dos grupos envolvidos, do grau de organização dos setores populares, do tipo de informação buscada ou por difundir-se, dos recursos disponíveis, do apoio encontrado”, dentre outros aspectos.

Já os estudos de Regina Festa (1984; p.72; 1986, p.10) levam a acreditar que as características da comunicação alternativa e popular acompanham três fases específicas bastante relacionadas às fases dos movimentos sociais. A primeira compreende o período de 1968 a 1978 (quando o autoritarismo chega a um patamar crítico) e caracteriza-se pela comunicação de resistência e denúncia. Nesse momento, o padrão alternativo torna-se predominante não só nas bancas, mas também nas escolas de comunicação e nas redações de jornais; ele se apresenta numa variedade de formas, consegue despertar cada vez mais o interesse de seu leitor e mostra notável capacidade de resistência às perseguições do regime.

A segunda fase abarca os anos de 1978 a 1982 (ocasião onde há um abrandamento das restrições políticas) e aponta para uma considerável diminuição dos veículos de comunicação alternativa. É de se estranhar que logo com o afrouxamento do autoritarismo se dê tal fato. Entretanto, Regina cita algumas razões para o quase desaparecimento dessa imprensa:

- (1) sem uma censura acirrada, abriram-se novos espaços políticos na sociedade e as pessoas que até então agrupavam-se em frentes de oposição puderam buscar outras áreas para suas atividades políticas;
- (2) em 1979, um Documento do Centro de Investigações do Exército, publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, sugere medidas que visam, de certa forma, asfixiar a imprensa alternativa. Ele torna legal a ação fiscal e administrativa contra os alternativos e é o elemento de pressão mais decisivo desta época;
- (3) atentados a bomba contra as bancas de jornais que comercializam jornais alternativos pressionam os jornaleiros e os impulsiona a recusar a imprensa alternativa;
- (4) alguns jornais alternativos têm edições inteiras apreendidas ainda na gráfica, o que colabora para inviabilizar economicamente sua continuidade; outros, fecham por discordâncias internas;

(5) a mídia alternativa que já sofria uma debilidade financeira crônica, passou a ser alvo de perseguição econômica: lhe foram cobrados impostos atrasados, alguns de seus distribuidores insistiram em receber comissões extorsivas etc. Como a maior parte dessa mídia tinha um ideal político e não mercantil, não havia receita para arcar com estas despesas (FESTA, 1984; p.72; 1986, p.10).

Vale destacar que a vulnerabilidade econômica de parte da imprensa alternativa foi resultado, principalmente, da insistência numa veiculação de alcance nacional com vistas a obter mais visibilidade pública e ampliação política. Mas de nada adiantou sofrer de um déficit crônico por conta de tal abrangência, afinal, nem todos os jornais alternativos seriam “acessíveis à imensa massa de trabalhadores, pouco acostumada até a ouvir o pasteurizado noticiário político da televisão e que não incluía em seus hábitos nem a leitura habitual dos jornais popularescos de crimes e escândalos” – prevê Raimundo Pereira (PEREIRA apud FESTA, 1986, p.67).

De qualquer maneira, todos os motivos citados por Regina Festa, somados a crises internas, contribuíram para o declínio dos meios alternativos. Muitos “desapareceram, independentemente da natureza de sua articulação, da qualidade do projeto, do acerto ou do insucesso de suas propostas editoriais e soluções operacionais”. Os sobreviventes “havam se divorciado do padrão alternativo” e as novas tentativas fracassaram (KUCINSKI, 1991, p.117).

Já o período de 1982/1983, que corresponde à terceira fase demarcada por Regina, “caracteriza-se por uma atomização do processo de comunicação popular e alternativa na mesma medida que reflete a incapacidade das forças de oposição para articularem uma alternativa política à crise vivida pela sociedade brasileira” (FESTA, 1986, p.10).

Convém dizer que, no tempo em que a comunicação alternativa vivia sua fase áurea, a grande imprensa tentou se apoderar do padrão crítico até então a ela exclusivo. Dessa maneira, “alguns veículos da grande imprensa apropriam-se do padrão alternativo, operando-o com mais recursos e eficácia” (KUCINSKI, 1991, p.125). Porém, essa apropriação foi efêmera, já que naqueles tempos (...) “fracassaram as tentativas mais importantes de transpor para o âmbito da grande imprensa, se não o complexo de experiência da imprensa alternativa dos anos 70, pelo menos suas propostas principais de conduta editorial” (KUCINSKI, 1991, p. 127).

Os meios de comunicação alternativos têm particularidades bastante diferentes dos meios massivos; em síntese eles apresentam, em seu conjunto, uma função contra-hegemônica e contam com responsáveis que buscam oportunidades para que a mensagem alternativa ganhe espaço dentro dos meios existentes e, mais que isso, que procuram criar meios, formas e condições que a levem à sociedade, na esperança de fazer com que um crescente número de pessoas se torne capaz de consumir criticamente o que lhe é transmitido pelo sistema dominante.

Sobre a imprensa imigrante de São Paulo

São Paulo é o Estado brasileiro que mais recebeu imigrantes. De acordo com Sônia Maria de Freitas (1999, p.44), em termos numéricos, os principais grupos de imigrantes entrados no Estado entre 1872 e 1952 — período considerado o grande fluxo migratório internacional — foram: italianos (878.102), portugueses (460.929), espanhóis (395.844), japoneses (189.764), alemães (69.161) e austríacos (39.305). Conseqüentemente, é o lugar que mais reúne periódicos voltados para grupos estrangeiros.

O primeiro jornal escrito em língua estrangeira que se tem notícia na capital paulista é o italiano *O Observador Constitucional*, fundado por Giovanni Baptista Líbero Badaró, em 1829. A partir de então, e com a chegada do período da imigração em massa (a partir das últimas décadas do século XIX), mais e mais títulos foram surgindo. Em 1905, a cidade de São Paulo contava, só com relação aos diários italianos, com quatro títulos, de acordo com Marina Consolmagno (1993, p.22-23): *Fanfulla* (matutino com publicação aos domingos criado em 1893⁴); *Avanti!* (folha cotidiana socialista surgida em 1900); *Secolo* e *La Tribuna Italiana* (vespertinos). Isto não significa, no entanto, que antes de 1905 outros periódicos italianos não tivessem surgido — como exemplo citamos: *Garibaldi* (1870), *Il Movimento* (1872), *Il Pensiero Italiano* (diário, 1882), *Il Corriere d'Italia* (1882) e *Il Messaggero* (fundado por Domenico Rangioni e Alcibiade Bertolotti, 1891).

⁴ O *Fanfulla*, sem dúvida, foi e ainda é (circula até os dias de hoje) o jornal mais importante da colônia italiana de São Paulo ou mesmo do Brasil — para se ter uma idéia de sua circulação e leitura, em 1893,

À medida que imigrantes de outras nacionalidades iam chegando, a imprensa de língua estrangeira crescia e se diversificava. A imigração japonesa, por exemplo, foi oficialmente iniciada em 1908, porém os primeiros jornais só começaram a surgir anos depois, o que confirma que a criação de um jornal imigrante não depende apenas da chegada do grupo, mas sim de seu estabelecimento, fixação e organização no novo território (e tudo o que isso implica). No caso japonês, o primeiro jornal de que se tem notícia no Brasil, de acordo com Alice Mitika Koshiyama (2004, p.39) é o *Nambei* ou *Nabei Shuho*, semanário surgido em 1916. No mesmo ano foi criado o *Nippak Shinbun* e, em 1917, foi fundado o *Burajiru Jiho*. “Tornou-se o maior jornal da época, com tiragem de 4 mil exemplares”. Jeffrey Lesser (2001), ao estudar a história dos imigrantes não-europeus que vieram para o Brasil, constata o aparecimento destes três jornais e também esclarece alguns pontos da imprensa árabe do Brasil. Segundo o autor, um estudo do visconde Phillipe de Tarrazi deu conta da existência de 95 jornais e revistas árabes no Brasil antes de 1933, sendo que os primeiros jornais escritos em árabe do país foram o *Al-Faiáh*, fundado em Campinas, em novembro de 1895, e o *Al-Brasil*, criado em Santos, seis meses depois.

Um ano mais tarde, os dois jornais foram fundidos em São Paulo, e, por volta de 1902, havia três jornais em língua árabe em São Paulo e mais dois no Rio de Janeiro. Em 1914, circulavam quatorze jornais em língua árabe, e até mesmo os imigrantes se surpreendiam com o fato de que ‘a coletividade podia sustentar tão elevado número de jornais’ (LESSER, 2001, p.103).

Sobre os impressos escritos em língua alemã, de acordo com informações do Consulado Geral da Alemanha em São Paulo⁵, o primeiro jornal voltado para os imigrantes alemães da Capital foi o *Germânia*, em 1878. Em 1897, porém, “um grupo de redatores dissidentes criou o *Deutsche Zeitung (Jornal Alemão)* que acabou comprando em 1923 o próprio jornal *Germania*”. Ainda no começo do século XIX, circulava o *Volksfreund*. Em 1949 surgiu *Brasil Post* que, junto como o *Deutsche Zeitung*, sobrevive até os dias de hoje.

Com relação à imprensa dos imigrantes portugueses e espanhóis (que também chegaram em grandes quantidades ao Estado paulista) surgidos em São Paulo, citamos que

chegou a atingir uma tiragem de 15 mil exemplares contra os 20 mil de *O Estado de S.Paulo*. Sua história está registrada na dissertação de Marina Consolmagno (1993).

o título mais antigo de um jornal em língua espanhola de que temos notícia é *O Socialista*, veiculado na capital paulista em 1896. Sobre o português, destacamos o *Echo Portuguez*, de 1897.

Há ainda notícias de dois jornais franceses que circularam em 1829, o *Courier du Brésil* e *Echo de l’Amerique du Sud* e um inglês, o *Literary Intelligence*, de 1830.

Sobre as demais nacionalidades que chegaram e se estabeleceram em São Paulo, infelizmente, não encontramos bibliografia ou material que pudessem nos esclarecer, ou pelo menos nos dar indicações de quais foram os primeiros jornais destes grupos. Encontramos, no entanto, algumas poucas publicações espalhadas por associações, arquivos pessoais ou em bibliotecas oficiais, como a do Memorial do Imigrante e a do CEM – Centro de Estudos Migratórios, que revelam que, em algum momento, tal grupo teve sua própria imprensa na cidade. Porém, estes, até mesmo por uma questão de armazenamento, são recentes — a maioria criado após o término da imigração em massa (depois de 1960) —, se referem a grupos minoritários e apresentam características diferentes das publicações até então mencionadas (não são necessariamente voltadas a imigrantes, mas ao idioma ou à cultura de um grupo ou país estrangeiro, por exemplo); segue, dessa maneira, (para ilustração) a lista com os grupos e títulos encontrados — alguns deles circulam até hoje:

- **Húngaros:** *Hiradó* (existente atualmente) e *Hungria hoje*
- **Chineses:** *Hulaian* (do Rio de Janeiro, mas impresso em São Paulo – existente há mais de 20 anos), *Jornal Chinês para a América do Sul* (de São Paulo – 1985) e *Jornal Taiwanês* (também em São Paulo)
- **Armênia:** *Comunidade Armênia*, *O Mapeano*, *SION* e *Mer Djamp*
- **Gregos:** *OAYMIIA* (*Jornal Olímpia*)
- **Argentinos:** *Club Argentino News*
- **Inglêses:** *Sunday News*
- **Chilenos:** *Chile em Evidência*
- **Peruanos:** *Informativo da Casa de Cultura Peruana*
- **Poloneses:** *Gazeta StoLat* (feito no Paraná mas circulava também em S.Paulo)

⁵ Disponível em: <http://www.sao-paulo.diplo.de/Vertretung/saopaulo/pt/06/Medien/Medien.html>. Acesso em



- **Franceses:** *Franc Parle* (existente até hoje)
- **Colombianos:** *Notícias da Colômbia*
- **Lituano:** *Musu Lietuva (Nossa Lituânia)*
- **Finlandeses:** *Boletim da Igreja Escandinava*

Imprensa imigrante como mídia alternativa

É conhecida a participação de estrangeiros — em especial italianos, portugueses e espanhóis —, tanto na base como na liderança dos movimentos sociais de São Paulo da classe operária, com repercussões políticas (anarquistas e sindicais). Nas palavras de MENEZES (2005, p.27): “Eram tempos conturbados no Brasil e no mundo com a idéia da revolução pairando no ar como alternativa a um capitalismo em crise”. Neste contexto, movimentos trabalhistas vinham combatendo a ordem burguesa e aquecendo o movimento operário desde a virada do século.

A participação dos imigrantes nestes movimentos, bem como sua atuação política, se explica pelo fato de que justamente estes estrangeiros é que compunham grande parte da classe operária da época⁶ (e lembramos que estamos falando aqui justamente do período da grande imigração em massa). Muitos vieram diretamente de seu país de origem e se instalaram em São Paulo. Outros, depois de passagem pelas fazendas, migraram para a capital. Nesse mesmo tempo as indústrias paulistas (especialmente do setor têxtil, ferroviário e construção civil) estavam a pleno vapor contratando mão-de-obra e são amplamente sabidas as péssimas condições de trabalho às quais estes operários eram submetidos — causa principal das greves, protestos e revoluções. Ou seja, a presença do imigrante operário refletia-se na própria situação de crescimento industrial urbanização que São Paulo vivia.

Por parte do imigrante, a aproximação ao mundo da política está assim associada a sua inserção na sociedade receptora e a sua mobilidade social ascendente. Nos primeiros anos da imigração em massa, as levadas carentes de italianos e espanhóis praticamente só podiam contar com o protesto individual ou coletivo [...]. Com o passar do tempo esses

15 de jan.2007.

⁶ Como lembra Boris Fausto (1995, p.11), em 1920, cerca de dois terços da população de São Paulo era constituída de imigrantes estrangeiros ou de seus filhos.

recursos se tornaram insuficientes ou inadequados, não mais para atender às queixas dos desvalidos, mas sim aos interesses de quem se afirmava social e economicamente na nova terra (FAUSTO, 1995, p.11).

Porém, o que nos interessa aqui é como essa participação influenciou ou refletiu na imprensa imigrante da época, conduzida por pessoas que viveram em diferentes países, portanto vivenciaram outras realidades, e que trouxeram para cá diferentes idéias e experiências.

Como as idéias circulam de diferentes formas, a introdução do ideário anarquista no Brasil não foi resultado único da circulação de indivíduos pelos diferentes continentes, mas fruto da entrada de livros, revistas e folhetos no país. O mesmo não se deu com relação ao movimento anarquista, dependente da ação dos que defendiam a teoria de combate ao capitalismo, diretamente vinculado à ação de italianos, portugueses e espanhóis chegados em terras brasileiras, à época da grande imigração, responsáveis pela edição de jornais, tradução e produção de livros, realização de conferências e palestras, produção de espetáculos teatrais, abertura de escolas e a transformação dos sindicatos em instrumento de luta no campo político (MENEZES, 2005, p.27-28).

Além da criação de publicações próprias voltadas às causas dos operários — entre elas citamos o jornal italiano *La Battaglia* (editado por Oresti Ristori entre 1904 e 1913), o espanhol *Terra Libre* (1905/1906) e o português *Amigo do Povo* (feito por Neno Vasco) —, os imigrantes utilizaram-se da imprensa como objeto de mobilização para suprir uma necessidade da ocasião e buscar uma maior interação política com a sociedade receptora⁷.

Se não existiam meios de comunicação de que necessitavam, eles [os operários] estavam aptos a criá-los. [...] Assim, desenvolveram códigos e canais capazes de transmitir suas mensagens, criando de acordo com as necessidades os meios adequados. Daí a necessidade de ensinar analfabetos a ler, de editar jornais em vários idiomas. [...] Como não contavam com recursos, se cotizavam entre si para a aquisição de material de propaganda e para a fundação de jornais, onde procuravam circular entre os operários assuntos esclarecedores sobre a questão social, assim como as vitórias e perseguições que a classe trabalhadora sofria dentro e fora do território nacional (NAZARÉ FERREIRA, 1978, p.52/53).

Os chamados “estrangeiros ordeiros” ou “agitadores alienígenas” também tinham suas causas defendidas ou divulgadas pelos jornais de colônia já existentes.

⁷ Nesta época, em São Paulo, consolidou-se uma produção jornalística que visava atingir, prioritariamente, os operários. Esta apresentava-se como um instrumento de informação, conscientização e mobilização sobre a temática prioritária dos problemas desta classe social.

O jornal [*Fanfulla*] propunha ao governo o desenvolvimento de uma política de conciliação entre os interesses dos patrões e dos operários e o abandono de medidas de força, como a expulsão, que serviriam apenas para tornar mais tensa a situação. [...] Diante da movimentação operária, o *Fanfulla* apontou sempre a necessidade de uma legislação que regulamentasse o direito de greve (CONSOLMAGNO, 1993, p.303-304).

Em julho de 1917, eclodia em S.Paulo a grande greve que abalou a cidade. Foi preciso que surgisse [...] o ‘Apelo dos Jornalistas’ ao Comitê de Defesa Proletária, constituído naquela emergência pelos grevistas, para que representantes dos operários se reunissem com os dos patrões e os do governo, para negociações; [...] Aquele apelo estava assinado por [...] Umberto Serpieri, pela *Fanfulla*, [...] Paulo Mazzoldi, por *Il Piccolo* [...], José Eiras Garcia, do *Diario Español*, [...], Henrique Greenen, do *Germânia* (WERNECK SODRÉ, 1977, p.362-363).

Nesta época também estavam em circulação os jornais italianos *Avanti*, de Vincenzo Vacirca e reconhecido como “o órgão socialista e proletário”, *Anima e Vita*, dirigido por Ernestina Lesina, *Il Pingolo*, de Giovanni Capaci e F. Sisini, e o espanhol *Grito del Pueblo*, dirigido por Valentim Diego. Segundo Nelson Werneck Sodré (1977, p.356), “a vida, quase sempre curtíssima, de jornais desse tipo, não era fácil: a 30 de maio, em S.Paulo, por exemplo, a polícia invadiu a redação e apreendeu a edição do *Avanti* e *La Bataglia*”.

O anarquismo vivia em muito da atividade de imigrantes, particularmente italianos, mas também espanhóis e portugueses; a resposta das autoridades à agitação que desenvolviam foi pronta e radical; começou a ser aplicada a legislação que permitia expulsa-los. Vincenzo Vacirca, diretor do *Avanti*, foi expulso em 1908, e tornar-se-ia, pouco depois, deputado pelo Partido Socialista Italiano, fazendo campanha, então, contra os políticos e fazendeiros de café do Brasil; Oresti Ristori [de *La Bataglia*], quando vítima de idêntica medida, pela primeira vez, escreveu, na Itália, folheto que foi verdadeiro libelo contra a emigração de seus patrícios para o Brasil (WERNECK SODRÉ, 1977, p.359).

Referências bibliográficas

CONSOLMAGNO, Marina. **Fanfulla**: perfil de um jornal de colônia (1893-1915). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

FAUSTO, Boris. Imigração e participação política na Primeira República: o caso de São Paulo. In: FAUSTO, Boris et al. **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. p.7-26.

FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (orgs). **Comunicação Popular e**



Alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986.

FESTA, Regina. **Comunicação Popular e Alternativa:** A realidade e as utopias. 1984. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, SP.

FREITAS, Sônia Maria. **Falam os Imigrantes...** Memória e Diversidade Cultural em São Paulo. São Paulo: [s.n.], 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais.** Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRINBERG, Máximo Simpson (org). **Comunicação Alternativa na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1987.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. Globalização e mídia nikkei no Brasil. **Revista Veredas.** Marília: Unimar, ano III, n.3, p.35-45, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários:** Nos tempos da Imprensa Alternativa, Página Aberta, 1991.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional:** imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: UNESP, 2001.

MENEZES, Lená Medeiros de. A devolução dos indesejáveis. **Nossa História.** São Paulo: Vera Cruz, ano 2, n.24, p.26-29, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Brasil: alternativa popular: comunicação e movimentos sociais. In GRINBERG, Máximo Simpson (org.). **Comunicação Alternativa na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1987, p. 40.

NAZARÉ FERREIRA, Maria. **A imprensa operária no Brasil – 1880-1920.** Petrópolis: Vozes, 1978.

PERUZZO, Cicilia M. K. Mídia Comunitária. **Comunicação e Sociedade:** revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. São Bernardo do Campo:UMESP, n.30, p.143-155, 1998.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.